

O projeto educacional Trapista para os trabalhadores rurais em Tremembé-SP

RESUMO

Este artigo é a análise da atuação dos monges Trapistas em relação a população rural nas décadas de 1890 a 1920, em Tremembé, no Estado de São Paulo. Os religiosos, pertencentes a Ordem Cisterciense da Estrita Observância, refugiados no Brasil, devido ao processo de laicização da República Francesa, no século XX, chegaram ao interior paulista em setembro de 1904, destinados à fundação da abadia Trapa Nossa Senhora Maristela. Devido a urgência em iniciar os trabalhos, e a impossibilidade em esperar o recrutamento ou a chegada de mão-de-obra estrangeira, optaram pela contratação da mão de obra autóctone, que vivia no interior da propriedade. Em meio a sua exclusão do mercado e do meio social, os monges, seguindo as orientações do evangelho, da regra de vida que professavam e da doutrina social da Igreja, promoveram vários benefícios aos colonos. Com a pretensão em torná-los operários qualificados, os sacerdotes construíram uma escola agrícola no mosteiro, oferecendo aos trabalhadores uma educação técnica. O objetivo desse artigo é evidenciar o projeto social e educacional dos religiosos, bem como compreender as finalidades implícitas que envolveram as suas ações. Os resultados deste trabalho foram obtidos por meio da pesquisa para a monografia *LABORE ET EDUCATIONE: O projeto Trapista em Tremembé-SP (1890-1920)*.

Palavras-chave: Ação social da Igreja; Trabalhadores nacionais; Trapistas.

Introdução

O Brasil só caminhou em direção à industrialização após a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889. O país, essencialmente agrário, lidava com grandes mudanças estruturais e sociais. Além da transição da Monarquia para a República e seus primeiros anos de instabilidade e conflitos, a abolição da escravatura, em maio de 1888, acentuou problemas sociais já existentes. Os debates acerca do aumento da vadiagem em meio ao processo de formação do mercado de trabalho já eram pautas para os grandes proprietários de terras desde os movimentos iniciais para o fim da escravidão. Com a abolição, houve uma preocupação em estabelecer controle e tutela sobre a população rural, composta por ex-escravos e seus descendentes. A elite agrária pensou uma educação para os libertos e para a população livre e pobre, para prepará-los para a liberdade, bem como treiná-los para formar a mão-de-obra necessária para o novo cenário. No entanto, a educação escolar pensada por esses homens era puramente lucrativa e o investimento não garantia o retorno, por isso atribuíram ao Estado o dever de proporcionar educação para os pobres livres e libertos, transformando-os de indolentes e ociosos em trabalhadores qualificados. Mas, essa população não era prioridade da

administração nacional naquele momento. Dessa forma, o que poderia ter sido um projeto de introdução dessa população na sociedade, deu lugar a uma forte propaganda imigratória para substituir a mão de obra escrava.

A liberdade não foi acompanhada de igualdade de direitos e, diante da dificuldade de se inserir no mercado e no meio social, muitos libertos continuaram vivendo nas fazendas, ou em suas redondezas, abandonados do auxílio estatal e vítimas do estrabismo de uma legislação madrastra. Isso somado ao fato de serem vítimas, ainda, dos preconceitos e dos retratos pintados pela elite econômica e intelectual que, ignorando as causas que os levaram a tais condições, os adjetivaram de indolentes, parasitas ou vagabundos. Apesar de não haver uma luta de classes aguda como no Velho Mundo, a situação dos operários e trabalhadores rurais no país era de desamparo por parte do Estado e da Igreja Católica. A Encíclica *Rerum Novarum*, considerada o primeiro documento da Doutrina Social da Igreja, publicada em 1891, pelo Papa Leão XIII, pareceu não ter refletido nas ações da Igreja no Brasil. Essa tentava se reorganizar nos primeiros anos da República após a promulgação do decreto 119- A, de 07 de janeiro de 1890, que definiu a separação do Estado da Igreja.

No entanto, a cidade de Tremembé, interior de São Paulo, teve o conteúdo da carta magna refletido nas ações dos monges trapistas de Maristela. Pertencidos a Ordem Cisterciense da Estrita Observância e refugiados no Brasil, devido as ações empreendidas contra a Igreja Católica no processo de laicização da República Francesa, no século XX, chegam na cidade em setembro de 1904, destinados à fundação de uma abadia na antiga propriedade denominada Palmeiras, a nova Trapa Nossa Senhora Maristela. Dada a urgência em iniciar os trabalhos, a impossibilidade em esperar o recrutamento ou a chegada de mão-de-obra estrangeira, optam pela contratação da mão de obra autóctone, que viviam no interior da propriedade. A dedicação às atividades agropastoril é um dos pontos que caracterizam a Ordem Trapista permitindo um aspecto que chamou muito a atenção da imprensa na época: a pretensão em tornar os colonos empregados em operários agrícolas, por meio de uma educação técnica oferecida dentro do mosteiro.

O artigo foi elaborado partindo da singularidade da História Regional. Defendo que o conhecimento da história local é indispensável para a construção da história nacional e para manifestar o amor à terra, despertando o sentimento de identidade. Devido a carência de

informações acerca do tema, o estudo limita o período que abrange as três primeiras décadas da República (1890 a 1920), devido as significantes mudanças estruturais e sociais que marcaram esse momento. Foi feito um levantamento de artigos ou reportagens dos periódicos que circulavam na região do Vale do Paraíba e em outros estados do Brasil que retratassem a experiência Trapista na cidade de Tremembé-SP. Considerando a atuação dos trapistas na cidade e sua influência na economia local na época, pretende-se evidenciar seu trabalho de fé, seguindo as orientações do evangelho, da regra de vida que professavam e da doutrina social da Igreja, promovendo, além do projeto social e educacional, os vários benefícios aos seus colonos, refletindo na prosperidade do mosteiro, demonstrando seu pioneirismo na atuação da Igreja frente às causas dos operários e trabalhadores rurais. Para além, pretendo poder contribuir na construção da História Local, pois, citando a frase de Francisco Ribeiro, “quem conhece a história de sua terra pode amá-la com mais consciência”.

A igreja Católica no Pós-Padroado

A Proclamação da República em 15 de novembro de 1889 resultou na promulgação do decreto 119-A, de 07 de janeiro de 1890, fazendo desta data um marco referencial na história das religiões no Brasil, com profundos efeitos sobre o catolicismo devocional e institucional até então considerado religião oficial do Estado com todas as prerrogativas decorrentes dessa condição. Assim, no dia 07 de janeiro de 1890 inicia-se a era pós-Padroado da história brasileira sinalizada pela emergência do Estado laico e pela promulgação da liberdade religiosa.

A reação da Igreja na Pastoral Coletiva do Episcopado Brasileiro, de 19 de março de 1890 demonstra que os acontecimentos estabelecidos pelos art. 1º e 4º do Decreto 119-A, foi vista pelos bispos como o ponto culminante da degradação da humanidade vivida nos últimos tempos. Em sua obra, Carneiro (1981, p.103), cita a insatisfação da Pastoral: “Acabamos de assistir a um espetáculo que espantou o universo; a um destes acontecimentos pelos quais o Altíssimo dá, quando lhe apraz, terríveis lições aos povos e aos reis. Acabamos de ver um trono de repente desabar no abismo que lhe cavaram em poucos anos [...]”.

Destarte, a Pastoral Coletiva entendeu que o decreto muito seria conveniente à Igreja, porque decretada a separação, a Igreja obtinha ampla liberdade e igualdade com demais cultos

e, conseqüentemente, personalidade jurídica. Nesse sentido, os católicos republicanos reforçavam sua militância política. Seu programa ressaltava que, com a liberdade religiosa, a Igreja se abriria para um espaço mais amplo, o da vida pública através de representantes no Legislativo. Desse modo, se estabeleceu no Rio de Janeiro, em 1874, a Associação Católica Fluminense que, apoiada pelo bispo Dom Pedro Maria de Lacerda, era integrada com personalidades de alta projeção nos meios sociais e políticos, de acordo com Lima (2004). Nos primeiros anos da República, o partido lançou dois grandes nomes do episcopado, para as eleições de 1890/91: Dom Antônio de Macedo Costa, bispo de Belém, e Dom Cláudio Ponce de Leon, bispo de Goiás. Entretanto, o Partido Católico elegeu apenas três candidatos, todos por São Paulo. Após esse período, “O partido entrou em hibernação” (LIMA, 2004, p.150).

A fase de consolidação do regime político federalista, nas primeiras décadas republicanas, é identificada, pela produção historiográfica, como o período de reordenação institucional da Igreja Católica no Brasil com o fim do Padroado e com o fortalecimento do processo de romanização de suas unidades religiosas. Nas quatro primeiras décadas do século XX aumentaram, consideravelmente, as circunscrições eclesiásticas no Brasil. A “estadualização” da hierarquia eclesiástica brasileira foi a forma que o catolicismo encontrou para se fortalecer no período da República Velha. De acordo com Miceli (1988), a organização eclesiástica foi inteiramente estadualizada para reestruturar a Igreja e se manter influente mesmo após o decreto de 1890.

Até 1890 continuavam a existir apenas 12 dioceses, 9 capitais eram sedes episcopais, após a Proclamação da República, as demais capitais da federação foram convertidas em sedes episcopais, ou seja, mais onze capitais naquele período se tornaram dioceses perfazendo um total de vinte estados. Entre 1890 e 1930 foram criadas 56 dioceses, 18 prelazias e 3 subprefeituras apostólicas, para as quais foram designadas, no mesmo período, aproximadamente 100 bispos; cabendo respectivamente ao conjunto dos estados nordestinos, a São Paulo e a Minas Gerais, os percentuais mais elevados de circunscrições e prelados (MICELI, 1988, p. 59).

A multiplicidade destas circunscrições e o ritmo com que surgiram “demonstram o interesse da Igreja em atender às necessidades espirituais dos católicos brasileiros” (LIMA, 2004, p. 156). Igualmente, deu-se um grande fluxo de missionários europeus. Beneditinos, franciscanos e carmelitas receberam ajuda, ainda no século XIX, de suas sedes na Europa. Importante campo de atuação desses religiosos foi a educação católica, particularmente em

colégios, normalmente de propriedade da respectiva Ordem ou Congregação. Ou seja, somando-se a tais fatores, a romanização da Igreja e a sua “estadualização”, motivaram a Igreja à ampliação e gestão de estabelecimentos de ensino primário, secundário, agrícola e profissional objetivando angariar recursos financeiros, estabelecendo a hegemonia da organização eclesiástica na rede de ensino privada ao exercer controle sobre 70% das instituições em funcionamento no final dos anos 20 (MICELI, 1988).

O ensino leigo foi introduzido na constituição como consequência da separação do Estado e da Igreja. No entanto, tal evento não foi atentatório à soberania dos católicos, como pôde ser visto até aqui. Ora, no Parlamento “tiveram os catholicos a maioria que teem no seio da nação e no eleitorado” (DESCHAND, 1910, p.52). Logo os chefes do Partido Católico se envolveram na luta contra o ensino leigo. No começo do século XX, reaparecem com um propósito bem definido: “a promoção do ensino religioso e do aperfeiçoamento doutrinário do povo” (LIMA, 2004, p.150). No entanto, essa rede escolar católica trazia, além de compensações econômicas, viabilizava, como nenhuma outra estratégia, o projeto de recatolização da sociedade brasileira.

A igreja, que já garantia seu poder em terreno político, que lutava contra a propagação do ensino leigos nas escolas e com a alavanca de sua imprensa— esse instrumento foi muito utilizado pelos católicos, não somente no trabalho de profissão de fé, mas no combate para a regeneração social do país, como arma para os ataques das outras imprensas, além de noticiar seus esforços—, não poderiam, contudo, serem indiferentes à questão social, pois

[...] o espirito do christianismo é essencialmente de compaixão por todos os que sofrem; só o christianismo apresenta soluções aos graves problemas das luctas modernas entre as classes da sociedade, entre o capital e o trabalho (DESCHAND, 1910, p.251).

Sem contar que, com a publicação da Encíclica *Rerum Novarum*, os pensamentos e as ações da Igreja no meio social foram fundamentados. O conteúdo da carta magna é assunto que tratarei a seguir.

Ação Social da Igreja: a Encíclica de 1891

A Encíclica *Rerum Novarum*¹, é considerada o primeiro texto oficial da Igreja que trata dos problemas derivados da sociedade industrial, como um todo. Tornou-se a carta magna da atividade cristã em campo social. O tema central Encíclica é o da instalação de uma ordem social justa, na qual “é mister individuar critérios de juízo que ajudem a avaliar os ordenamentos sócio-políticos existentes e formular linhas de ação para uma sua oportuna transformação” (SODANO, 2004, pg. 33). Com este texto, o Papa Leão XIII conferiu à Igreja um “estatuto de cidadania” no meio das variáveis realidades da vida pública, tornando essas palavras um elemento permanente da doutrina social da Igreja.

Partindo de uma descrição, superficial, da situação miserável da classe operária, resultado da industrialização, e rejeitando as propostas do socialismo, exige uma intervenção da Igreja, segundo suas doutrinas, toca em assuntos como o direito à propriedade, os princípios de obediência e submissão, a permanência dos laços da família e as obrigações do Estado para com Deus, são alguns dos temas colocados na *Rerum Novarum* e em outras encíclicas anteriores a ela.

Em todo o caso, estamos persuadidos, e todos concordam nisto, de que é necessário, com medidas prontas e eficazes, vir em auxílio dos homens das classes inferiores, atendendo a que eles estão, pela maior parte, numa situação de infortúnio e de miséria imerecida.

[...] A tudo isto deve acrescentar-se o monopólio do trabalho e dos papéis de crédito, que se tornaram o quinhão dum pequeno número de ricos e de opulentos, que impõem assim um jugo quase servil à imensa multidão dos proletários.

[...] Os Socialistas, para curar este mal, instigam nos pobres o ódio invejoso contra os que possuem, e pretendem que toda a propriedade de bens particulares deve ser suprimida, que os bens dum indivíduo qualquer devem ser comuns a todos, e que a sua administração deve voltar para - os Municípios ou para o Estado (RN, 2).

A primeira vista, podemos perceber que a temática central da Encíclica é o socialismo. No seu cerne, está o preceito da propriedade privada, rejeitada pelos socialistas, mas um pilar de toda a ordem social para a doutrina da Igreja. Para o Papa o direito à propriedade é anterior a própria sociedade, portanto, é um direito natural do homem. Então, podemos dizer que no projeto exposto pela *Rerum Novarum* “a propriedade privada desempenha um papel de importância decisiva. [...] como exigência de que todas as classes, e em especial a assalariada,

¹ Escrita pelo Papa Leão XIII em 15 de maio de 1891.

cheguem a ser proprietários” (CAMACHO, 1995, p.65). Não podemos, contudo, interpretar de maneira simplista, no que tange a identificar a Doutrina Social da Igreja com o capitalismo. Na primeira página, há uma séria crítica à situação social vigente e, embora não seja explícita, apontam a ideologia liberal como culpada das mazelas sociais. “A causa fundamental da miséria operária é o desaparecimento das antigas associações gremiais, já que deixou os operários indefesos diante dos capitalistas” (CAMACHO, 1995, p.53). Somando a isso, temos a ânsia pelos lucros, permitindo a exploração das massas trabalhadoras por poucos proprietários, aqui bem colocados na carta “[...] O que é vergonhoso e desumano é usar dos homens como de vis instrumentos de lucro, e não os estimar senão na proporção do vigor dos seus braços” (RN,10).

Mas fica estabelecido que o inimigo explícito da *Rerum Novarum* é o socialismo. Outra alusão a esse é a luta de classes, vista como um destino incontestável da sociedade e a colocando como meio fundamental para a mudança social.

Na questão que estamos tratando, é um mal capital supor que uma classe social seja espontaneamente inimiga da outra, como se a natureza estivesse disposto os ricos e os pobres para se combaterem mutuamente, em um perpétuo duelo.

[...] na sociedade, as duas classes estão destinadas pela natureza a unirem-se harmoniosamente e a conservarem-se mutuamente em perfeito equilíbrio. Elas têm imperiosa necessidade uma da outra: não pode haver capital sem trabalho, nem trabalho sem capital (RN, 14).

A *Rerum Novarum* enfrentou a questão operária com um método que se tornará um paradigma permanente. O que essa Encíclica nos traz, é o esforço da Igreja em traduzir sua mensagem de salvação aos graves problemas sociais. O objetivo da carta era o de contribuir na questão social, ela coloca a Igreja como a instância, cujas diretrizes devem agir os demais, o Estado, os patrões e os trabalhadores. É evidente, na Encíclica, quais devem ser as contribuições da Instituição para a sociedade. A primeira é a doutrinária, a capacidade de fazer compreender que a condição humana desigual é resultado do pecado (RN, 9); a segunda é a orientação dos costumes, promovendo uma harmonia social, assim que cada grupo (ricos e pobres) aceitar sua situação e cumprindo seus deveres particulares, pois, “só a religião tem o poder de harmonizar as diversas classes da sociedade que entre si travam lucta cada dia mais ameaçadora” (DESCHAND, 1910, p.263) e a terceira é a ação direta da Igreja em favor das classes operárias. Essa irei abordar a seguir.

Os reflexos da carta magna no Brasil

Os efeitos da Revolução Industrial chegam tardiamente no Brasil, que só desenvolveu sua indústria e economia liberal após a proclamação da República, em 1889, adquirindo base para a consolidação de uma economia de mercado. O país necessitava uma de mão-de-obra operária, dessa forma houve o incentivo da emigração estrangeira (principalmente europeia). Esse contexto de transformações políticas e sociais do final do século, foram tão intensas que em apenas algumas décadas São Paulo já triplicara seu tamanho, “o desenvolvimento do Rio de Janeiro também se transformou, tornando-se uma típica cidade industrial com uma população de 118.770 operários em 1906” (SANTOS, 2012, p.47). A economia nacional deixa de ser, puramente, agrária (cultivo do café) e começa a viver o processo de industrialização.

Em 1916 houve a promulgação do Código Civil Brasileiro, no qual há uma tentativa de legislar sobre as relações de trabalho, o que já estava feito nos principais países do mundo. Contudo, essa legislação não foi suficiente para proteger juridicamente o trabalhador (direitos que só foram conquistados com a promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho em 1941 pelo governo populista de Vargas). “O Brasil, portanto, teve uma inércia legislativa trabalhista por quase 50 anos” (SANTOS, 2012, p.48).

No Brasil, o alerta só refletiu nas ações da alta hierarquia da Igreja a partir da década de 1920. Anteriormente, pouco se faziam presente na realidade operária. Podemos destacar as denúncias feitas pelo Padre Desidero Deschand, em 1910:

Até hoje, nada ou quasi se tem feito para a educação do nosso povo nesse sentido.

[...] a imensa maioria dos brasileiros não tem ideia sequer do poder da associação para o desenvolvimento econômico, nem dos mil meios que existem e são tão faceis de se empregar para este fim.

Repito que aos catholicos não é licito permanecerem indiferentes diante de tão lastimoso estado, de tanta miseria material, causa por sua vez de muita miseria moral (DESCHAND, 1910, p.254-255).

Fica evidente, nesse sentido, o abandono que essa classe estava sofrendo aqui no país, sem o devido amparo, tanto por parte do Estado, que pouco olhava para eles, quanto da parte religiosa. Segundo ele, a forma mais eficaz do Clero agir nas questões sociais, seria: primeiro,

pela propaganda social na imprensa, evidenciando os assuntos das camadas mais baixas, dando notícias dos movimentos sociais dos católicos por todo o país; segundo, pela intervenção dos deputados e senadores (estaduais e federais), em propostas que melhorem a condição do proletariado, e, em terceiro, para a rápida extensão da ação social contribuirá a União Popular.

Antes de tudo, torna-se preciso formar entre os catholicos uma nova mentalidade para acabar com o egoísmo dominante e fazer germinar a consciencia da solidariedade christã. [...] Ora, nenhum meia há mais efficaz para dar aos catholicos essa mentalidade do que a União Popular (DESCHAND, 1910, p.257).

A existência do auxílio e apoio de segurança pessoal ou comercial, entre homens, sempre existiu em sociedades não só religiosas, mas econômicas. A cooperação surgiu como necessidade, como meio de sobrevivência, como agrupamento de pessoas que, na reciprocidade de seu trabalho, realizavam seus propósitos e seus objetivos. Na Igreja, a Ordem de São Bento é um exemplo de missionários que em suas obras “civilizaram o sólo da Europa, assim como o espirito e o coração de seus bárbaros habitantes” (DESCHAND, 1910, p.271). O Cooperativismo Cristão era um anseio do sacerdote. Ele lamenta o atraso do Brasil:

[...] para muitos brasileiros já não existe a vida farta e despreocupada, mas ha dificuldade de achar trabalho, ha a preocupação do dia seguinte, a carestia dos ganeros necessarios a subsistencia, a exorbitancia dos alugueis de casas, quasi sempre anti-hygienicas, a quase impossibilidade de se achar capital a não ser a juros usurarios, e muitos outros males de que sofre as classes operarias e, portanto, não tardará muito que estas classes recorram ao meio mais seguro, que é a associação, para reivindicarem melhores condições de vida (DESCHAND, 1910, p.292-293).

E se mantém positivo para o futuro:

[...] que, espero, breve veremos, sob a direção e sob o impulso dos Principes da nossa Egreja, com a colaboração do Clero e do laicato, o paiz inteiro cobrir-se de instituições sociaes para o progresso de todas as classes nas cidades e nos campos, para o engradecimento desta estremecida Patria (DESCHAND, 1910, p.295).

Porém, só em 1932, com a constituição dos Círculos Operários², que “a Igreja assumiu para si a tarefa de ‘educar os trabalhadores na fé cristã e na ordem’” (SOUZA, 1998, p.151). Essa ação foi feita juntamente com o Estado, já que ambos estavam exercendo uma política de

² Os Círculos Operários surgiram em Pelotas, no Rio Grande do Sul, em 15/mar/1932. Movimento dirigido à assistência aos operários, proporcionando-lhes uma formação social e espiritual.

aproximação. A Igreja Católica junto com o Estado Novo levou com seriedade a luta de classes. Com Getúlio Vargas, a Igreja retomou seu lugar que fora perdido com o advento da República, tendo, assim, espaço para desenvolver um intenso trabalho organizacional se tornando um elemento mediador na relação capital-trabalho. Mas tal análise não cabe ao recorte desse artigo.

Agora que “mergulhamos” no espírito da doutrina social da Igreja e compreendemos o jogo de interesses por trás do cenário político e social no pós República, aqui no Brasil, a relação entre os Trapistas e os colonos é esclarecida. Pelas denúncias de Deschand, nos fica claro que até 1910 pouco a Igreja tinha feito em relação aos operários e trabalhadores rurais. O conteúdo expresso na Encíclica só refletiu nas medidas da alta hierarquia da Igreja a partir da década de 1920. Mas os Trapistas mostraram o contrário, afinal, eles souberam incorporar a dimensão a respeito da questão social tratada na carta de 1891, em suas atuações junto aos colonos, e absorver os valores beneditinos de trabalho e oração. Essa relação, fundamentada pela *Rerum Novarum*, contribuiu para que, a imagem do trabalhador nacional, particularmente o rural, se afastasse dos preconceitos começasse a ser visto como um modelo de força de trabalho pela sociedade brasileira.

Os trapistas de Maristela

Nascidos do antigo tronco do monarquismo beneditino, os monges da Ordem Cisterciense da Estrita Observância, ou monges trapistas, puderam promover um amplo desenvolvimento econômico e da fé cristã por onde quer que tivessem instalado seus mosteiros. No Brasil, especificamente na cidade de Tremembé-SP, no Vale do Paraíba, tivemos a fórmula da Regra materializada nas ações dos religiosos que, com muita dedicação ao trabalho e a disseminação da fé, evidenciados pelos jornais em âmbito local e nacional, afetaram positivamente a vida da pacata cidade, deixando-a evidente para a sociedade brasileira, com as suas obras de civilização cristã e as atividades agrícolas realizadas dentro do mosteiro.

Refugiados no Brasil, devido as intensas ações empreendidas contra a igreja no processo de laicização da República Francesa, chegam, no dia 13 de setembro de 1904, “[...] a Tremembé cinco padres e dez irmãos leigos da Ordem Trapista, destinados à fundação de uma abadia, na antiga propriedade denominada das Palmeiras, na vizinha localidade” (JORNAL DE

TAUBATÉ, 16 set. 1904, p. 1)³. Vindos da Abadia de Sept-Fons, na França, para a fundação da Trapa no Bairro do Poço Grande, no município de Tremembé, na antiga Fazenda das Palmeiras.

“Chegados ao Brasil em setembro de 1904 ficaram maravilhados com a vegetação luxuriante e com a amenidade do clima do Brasil. Os recém-vindos foram recebidos com toda a cordialidade e puderam apreciar o espírito de hospitalidade, de simpatia e de interesse do povo brasileiro para com os estrangeiros”. (AUDRÁ, 1951, p. 38).

Dada a urgência para iniciar os trabalhos na reconstrução da fazenda, decidiram por incorporar a população ribeirinha que viviam no interior da propriedade abandonada pelo seu dono desde 1888, em decorrência da abolição da escravidão e pela crise na cafeicultura. Diante da dificuldade de se inserir no mercado e no meio social, muitos libertos continuaram vivendo nas fazendas ou em suas redondezas, abandonados à própria sorte, lidando com preconceitos que eram pintados por uma elite intelectual e econômica que, deixando de lado as causas que os levaram a viver nas condições que se encontravam, os adjetivaram de indolentes, parasitas ou vagabundos. Esse retrato foi bem pintado por Monteiro Lobato, “Parasitas do rio e da lezíria, olhavam as fazendas com horror, e daí, na boca dos fazendeiros, a sua má fama de indolentes. Indolentes e ruins, incapazes, restolho de gente, lesmões humanos” (LOBATO, 1918, p.282-283). A imagem estereotipada do “caipira”, muito difundida naquele período, cria um sentimento de desprezo e intolerância para esse povo simples.

Antes da chegada dos trapistas, essa população ribeirinha vivia do que colhiam de suas plantações, da pesca do rio Paraíba e da caça de pequenos animais na mata. Essa alimentação certamente não era suficiente para a saúde, pois além dos riscos de ataques dos animais peçonhentos, algumas doenças eram transmitidas por esses alimentos, por exemplo, as verminoses, causadas pela falta de higienização desses. Podemos acrescentar a falta de segurança e a imundice de seus casebres, onde dormiam sobre a terra, colocando em detrimento sua saúde.

Andando sempre descalços, consumindo água contaminada e vivendo sem nenhuma assistência médica, essa população poderia ficar gravemente enferma. Porém, decerto

³ De acordo com o testemunho do irmão Leonard Van Rier, monge que permaneceu no Brasil após 1931, foram treze religiosos que chegaram nessa data: padre Nivard, como superior, padre Antoine Giguelay, como vice-prior; Leopold, Dominique, Géraud e Ambroise, e os irmãos Pierre, Etienne, Sebastien, Bernard, Michel, Marcel e Augustin (CORREIO DE TAUBATÉ, 7 jul. 1929, p. 2).

isso acontecia quase sempre pela falta de informações básicas de saúde e condições melhores vida (MANFREDINI, 2011, p. 35).

A vinda dos trapistas significaria para os caboclos o início de uma nova jornada. A “nova vida” tinha se iniciado ali. Os religiosos iniciaram uma atuação em relação aos trabalhadores. Cuidaram do corpo e da alma. Iniciaram, desse modo, o trabalho de evangelização desses e da população vizinha, isso porque uma de suas maiores contribuições foi transmitir, pelo catecismo, a espiritualidade monástica cisterciense à população. O trabalho não poderia começar sem que os religiosos tratassem, antes, das enfermidades físicas da população. Deixaram de morar em palhoças, e passaram a habitar casas higiênicas. Além das instruções religiosas da fé crista, pelo catecismo, foi na escola de religião que os colonos aprenderam a respeitar a propriedade privada. A ação da Trapa também incluía o projeto de distribuições de alimentos, roupas ou remédios que os salários dos piraquaras não pudessem comprar. Essa transformação, produz o suficiente para a educação e doutrinação desses.

A transformação foi notada pela imprensa, pois em 1911, o periódico O Lábaro fez uma análise do trabalho e dos resultados obtidos pelos monges em seus sete anos na cidade. Exaltando o empreendimento dos religiosos na transformação da população rural, ele reconhece que o estado de calamidade em que viviam aquela gente resultou na falta de aptidão para o trabalho:

O enfraquecimento de toda economia pela atrophia dos tecidos musculosos acompanhada de dispnéas consideráveis, de perturbações digestivas, de edema generalizada, levava aquella pobre gente, á apathia, á extenuação de forças, á, completa inaptidão ao trabalho (O LABARO, 29 jun. 1911, p.3).

De acordo com Deschand (1910), era papel da Igreja agir mediante as condições aflitivas das camadas menos abastadas no país. Para o sacerdote, os católicos deveriam trabalhar para melhorar a vida de seus irmãos, ir de encontro ao desprezo daqueles que “gozando em centros mais adiantados os benefícios da civilização”, exprobram os camponeses e sertanejos da sua própria miséria, “dizendo que esta é devida tão sómente á sua indolência...” (DESCHAND, 1910, p.253). A Igreja tem como dever acolher esse povo, e, segundo o religioso, estimular a ambição do bem-estar, do gosto pelo conforto, o desejo da economia, a legítima ambição da

riqueza, que só pela educação “quer na família, quer na escola” deveriam ser transmitidas. O quadro de abandono dessa população, pelas políticas de Estado, podem ser sintetizadas na denúncia de Desiderio Deschand: “De dez anos a esta parte sómente, foi algumas leis, muito insuficientes ainda e incompletas, foram votadas e favor da classe mais numerosa e mais abandonada, a dos lavradores” (DESCHAND, 1910, p.254-255). Mas essa situação não se repetiu em Maristela.

Os resultados na vida dos trabalhadores foram tão significantes que, em uma visita ao mosteiro em 1918, Monteiro Lobato, ao presenciar o assistencialismo que os monges proporcionavam aos colonos, os resultados que obtinham e a prosperidade da propriedade trapista publicou um artigo nomeado “A Trappa de Tremembé”, na Revista do Brasil, em abril do mesmo ano, se redimindo a respeito da imagem que ajudou a estereotipar do caboclo, dizendo: “O caipira não é assim. Está assim” (LOBATO, 1948, p. 285). Isso demonstra que ele consegue entender que o indivíduo era produto da falta de condições que o cercava e reconhece que o trabalhador nacional possui ótimas qualidades de resistência e adaptação, podendo ser capaz de realizar quaisquer tipos de atividades.

Educação e trabalho: os pilares para o desenvolvimento do mosteiro

Cabe esclarecer que a construção da escola junto ao mosteiro e o ensino dos primeiros ofícios, foi uma resposta a necessidade. Já tido iniciado o tratamento aos trabalhadores rurais, após terem exercido o “paternalismo cristão” e iniciado os trabalhos juntos com os colonos, era necessário avançar. Com os padres vieram maquinários modernos— esses não eram de conhecimento, na maioria das vezes, nem dos senhores de terra— e era preciso treinar os trabalhadores para sua operação, bem como pequenas tarefas de construção e manutenção, sendo necessário iniciar o ensino de alguns ofícios. No artigo “Os Trappistas”, publicado pelo Jornal de Taubaté, anuncia que em poucos meses os trapistas já teriam alcançado resultados com o aproveitamento das aptidões se seus trabalhadores, com a orientação certa. [...] “elles têm hoje fereiros, carpinteiros, marceneiros, pedreiros, serradores, etc.. de modo que os trabalhos de reconstrução, reparos, conservação, têm sido feitos com a máxima perfeição e economia”. (JORNAL DE TAUBATÉ, 14 fev.1905, p. 1).

Dar continuidade a essa educação foi uma preocupação dos monges. Como descreve Limongi (1916), antes de promover o melhoramento de suas casas, os trapistas cuidaram de assentar maquinários e erguer escolas. A escola, no entanto, foi construída em 1908. De início, a escola foi destinada para meninos de doze a quinze anos, com o objetivo de “despertar vocações e adaptar facilmente os moços ao gênero da vida religiosa” (AUDRÁ, 1951), investimento que não surtiu efeito. Entretanto, tempo depois, passam a acolher meninas e crianças mais novas.

A escola era uma bela casa cercada de canteiros, na qual andava os filhos dos colonos “todos vestidos e com um asseio que chamava a atenção” era a escola agrícola do mosteiro, “uma escola rural accommodada ao nosso meio e ás nossas condições, sem programmas abarrotados de teorias nem laboratorios cheios de retortas” (LIMONGI, 1916, p.351).

Os meninos aprendiam a ler, a escrever, e a desempenhar as diferentes funções na lavoura. Essa reflexão está presente no relatório do inspetor:

Um facto que bem demonstra a importancia do commetimento levado a effeito na Trappa é o que passo a referir, pelo qual se póde verificar tambem que o caboclo, não sómente é um trabalhador agricola de primeira qualidade, mas tambem possuê uma intelligencia clara, capaz de assimilar com presteza os ensinamentos que receber (LIMONGI, 1916, p.351).

Na escola, um casal de professores ministra o ensino e a catequese, assim como seus alunos, são caboclos que se formaram ali mesmo, aprendendo com os padres. O Paiz, no artigo “Assistencia e protecção ao trabalhador agricola nacional”, relatam que os filhos dos colonos tinham aula com seus próprios familiares:

A produção das culturas era então de 15 mil saccos de arroz, muito cafés e cereaes. Os filhos dos colonos frequentavam escola regidas por moças de suas familias. A fazenda estava em plena ordem, só contando com o braço do trabalhador nacional (O PAIZ, 1 jan. 1925, p.9).

Mas, sr. D. Alexis ressalta não ter sido um trabalho fácil para os religiosos, no início, isso devido à dificuldade de “fazer entras as primeiras letras na cabeça dos seus primeiros alumnos” chegando a desanimar, muitas vezes, o encarregado de ensino. Papaterra explica esse obstáculo por dois pontos: o primeiro é a condição em que se encontrava os colonos, que “mal

tinham saído do estado de embrutecimento em que haviam vegetado, e antes delles os seus paés e avós”. O segundo ponto é a falta de conhecimento e preparação dos padres para lidar com a psicologia do caboclo. Contudo, com o entendimento do comportamento do caboclo, puderam os trapistas criar uma geração formada em modernos processos de trabalho. Deixando claro para a sociedade que, se ainda tivesse dúvidas acerca das aptidões do caipira para o trabalho, teve respostas concretas nas Fazendas Maristela.

Discussões

Em suma, puderam os frades da Trapa concretizar o que, segundo o funcionário, já havia sido exposto por Alberto Torres, sobre a capacidade do trabalho do nosso homem do campo. O trabalhador nacional decai ou prospera de acordo com as condições que lhe são proporcionadas. A ação dos monges para com seus “operários”, afetou positivamente, não somente, os resultados obtidos nas fazendas, mas a visão da sociedade tremembeense, bem como a visão dos brasileiros, em geral, daquele período. No qual muitos desejavam a multiplicação das instituições escolares, para amparar os demais rurais que estavam desamparados da atenção da administração nacional.

Durante os vinte anos de atuação na cidade, as ações dos Trapistas foram inovadoras para a época, tanto no setor agrícola, mas, principalmente, o trabalho junto aos colonos. Trabalho que modificou os costumes da vida urbana em Tremembé-SP. É evidente que a intenção dos religiosos refletia a discussão da Igreja universal no período. A situação miserável da classe operária, resultado da industrialização, exigiu uma intervenção da Igreja, segundo suas doutrinas, para lutar contra a adoção dos ideais socialistas e anarquistas pelos operários e pelos menos afortunados. De acordo com as informações obtidas com esse trabalho de pesquisa, até a década de 1910 pouco ou quase nada a Igreja havia feito em relação aos operários e aos trabalhadores rurais. Quase vinte anos após a publicação da Encíclica *Rerum Novarum*, e a situação dos trabalhadores urbanos e rurais era de miséria e abandono por parte do governo e dos religiosos. Mas isso não se repetiu em Maristela.

É incontestável, ao meu ver, a importância que a experiência teve para a construção de uma nova imagem do trabalhador nacional. O alcance do trabalho naquele período, sendo

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

discutido em jornais de diferentes estados, tornou evidente o trabalho dos monges na Trapa Maristela, também tendo a oportunidade de mostrar como bastava dar condições para que o homem rústico se transformasse em uma excelente mão de obra.

Referencias

AUDRÁ, A. *Maristela: O Convento da Trapa*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1951.

CAMACHO, I. *Doutrina Social da Igreja: abordagem histórica*. Tradução de Ceschin, São Paulo: Edições Loyola, 1995.

CARNEIRO, J. C. *A Igreja e a República*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

DESCHAND, D. *A Situação Actual da Religião no Brazil*. Rio de Janeiro: Livreiro, 1910.

LEÃO XIII, P. *Rerum Novarum*, 1891. Disponível em: <<http://www.montfort.org.br/index.php?secao=documentos&subsecao=enciclicas&artigo=rerumnovarum&lang=bra>> Acesso em: 10 out. 2018.

LIMA, M. C. *Breve História da Igreja no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

LOBATO, J. B. M. Um fato. In: *Mr. Lang e o Brasil e Problema Vital*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1918. p. 281-286.

MANFREDINI, J. E. M. *A COLMEIA DA TRAPA: os monges trapistas e os trabalhadores rurais em Tremembé-SP (1904-1931)*. 82 f. Monografia (Graduação em História). Taubaté-SP, Universidade de Taubaté, 2011.

MICELI, S. *A Elite Eclesiástica Brasileira (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

PRATTA, M. A. *Mestres, Santos e Pecadores: Educação, Religião e Ideologia na Primeira Republica Brasileira*. São Carlos: RiMa Editora, 2002.

SANTOS, T. F. *Influência da Igreja Católica Apostólica Romana na Formação do Direito do Trabalho e Proteção do Trabalhador*, 57f. (Programa de Iniciação Científica), Maringá, Universidade Estadual de Maringá, 2012.

SODANO, A. *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2004.

SOUZA, J. J. *Círculos Operários: a Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FAPERJ, 2002.

Fontes

A TRAPPA. *O Labaro*, Taubaté, ano 02, n. 78, p.3, 29 jun. 1911.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DO TRABALHO. *O Paiz*, Rio de Janeiro, p.3, 13 mai. 1938.

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

LIMONGI, J. P. O Trabalhador Nacional. In: *Boletim do D.E.T.: Secretaria da agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo*. São Paulo: Typografia Brasil de Rothschild e Cia., ano 05, n. 20, 3º trimestre de 1916

OS TRAPPISTAS. *Jornal de Taubaté*, Taubaté, ano 11, n. 1827, p.1, 28 set. 1904.

OS TRAPPISTAS. *Jornal de Taubaté*, Taubaté, ano 11, n. 1904, p.1, 14 fev. 1905.

TRAPPA DA MARISTELLA. *Correio de Taubaté*, Taubaté, p. 2-3, 7 jul. 1929.